



MEMÓRIA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Data: 29 de outubro de 2018

Horário: 16h

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME, 9º andar, Brasília-DF

1 - ABERTURA

O Presidente do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, Ministro de Estado de Minas e Energia, Moreira Franco, fez a abertura da 5ª Reunião Extraordinária, cumprimentando as autoridades presentes, passando, em seguida, ao exame dos assuntos da pauta.

2 – MATÉRIAS PARA APROVAÇÃO DO CONSELHO

O Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, João Vicente de Carvalho Vieira, apresentou proposta de resolução que estabelece a política de comercialização do petróleo e do gás natural da União.

Iniciou a apresentação esclarecendo que a proposta decorre de dispositivo legal que delimita o prazo até 31 de dezembro de 2018, para o estabelecimento da nova política de comercialização do petróleo e gás natural da União. Informou ainda, que o objetivo é viabilizar a venda do petróleo e gás destinados à União pela Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA, ou por agente comercializador, buscando a melhor valoração desses recursos, em benefício da sociedade.

Destacou ainda, a obrigação legal quanto a possibilidade da União, ouvido o CNPE, decidir sobre a realização de leilões de contrato de longo prazo para refino de petróleo e processamento de gás, visando à ampliação da cadeia de refino e petroquímica no País.

Na sequência, o Secretário João Vicente apresentou proposta de resolução que dispõe sobre a evolução da adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional.

O Secretário fez um relato sobre a evolução do uso do biodiesel, informando que a adição ao óleo diesel está sendo efetuada de forma gradual e progressiva e que o cronograma está em sintonia com as metas de redução de emissões do RenovaBio, aprovadas pela Resolução CNPE nº 5, de 2018.

Segundo o Secretário, a estimativa é que a produção brasileira do biodiesel passe dos atuais 5,4 para mais de 10 bilhões de litros anuais, entre os anos de 2018 e 2023, destacando que esse crescimento representa um aumento de 85% da demanda doméstica, o que deve consolidar o Brasil como um dos maiores produtores de biodiesel no mundo.

Finalizando, ressaltou que a proposta foi elaborada com contribuições recebidas em audiência pública e com a participação ampla dos setores envolvidos, condicionada ao êxito da conclusão dos testes feitos pelas montadoras e fabricantes de motor.

Dando continuidade aos assuntos da pauta, e de acordo com os termos regimentais, o Ministro Moreira Franco concedeu a palavra aos Conselheiros para debaterem os assuntos apresentados.

A Secretária-Executiva do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC, Yana Sobral Dumaresq, fez algumas considerações em relação à proposta de resolução que dispõe sobre a evolução da adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional, propondo, ao final, algumas alterações de forma redacional que foram prontamente acolhidas.

Quanto a proposta de resolução que estabelece a política de comercialização do petróleo e do gás natural da União, o Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Substituto, Gleisson Cardoso Rubin, questionou a imputação à auditoria da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural – Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA, a responsabilidade que foge ao escopo de trabalho das auditorias internas das diferentes empresas estatais.

O questionamento foi pacificado após esclarecimentos prestados pelo Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, João Vicente, pelo Diretor-Presidente da PPSA, Ibsen Flores Lima e pela Consultora Jurídica do Ministério de Minas e Energia, Renata Isfer.

Após debates dos membros do Conselho, foi deliberada a aprovação das duas resoluções.

3 - ASSUNTOS GERAIS

O Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, João Vicente fez um breve relato da missão brasileira a Província de Neuquén, na Argentina no período de 1º a 4 de outubro de 2018.

Segundo o Secretário, o objetivo da missão foi a troca de experiências sobre o desenvolvimento de recursos petrolíferos em reservatórios de baixa permeabilidade na Argentina e contou com a participação de alguns representantes do Colegiado.

Ressaltou a importância da missão e destacou algumas razões para encaminhamento no Brasil, tendo como alicerce a experiência efetuada naquela Província:

- quantificação do potencial petrolífero nacional.
- perspectiva de desenvolvimento regional em Unidades da Federação com recursos petrolíferos terrestres.
- projeto Poço Transparente/REATE, com amplo monitoramento, coordenado por entidade isenta; Produção de conhecimento em prol da segurança operacional, licença social e ambiental; Articulação entre as várias entidades interessadas e afetas ao tema; Internalização dos processos e tecnologias; e Viabilidade econômica dos projetos.
- “Mesa Projeto Poço Transparente”, exemplo de articulação; e Reuniões mensais para viabilização do projeto.

Em seguida, o Ministro Moreira Franco concedeu a palavra ao representante da Sociedade Civil, especialista em matéria de energia, Plínio Nastari, que deu conhecimento ao Colegiado da realização da 18ª Conferência Internacional do Açúcar e Etanol, em São Paulo, destacando o reconhecimento pelo empenho na concepção e aprovação da regulamentação do RenovaBio, por parte do Excelentíssimo Senhor Presidente da República e sua equipe.

Com essas considerações, a reunião foi encerrada pelo Presidente do CNPE, Ministro Moreira Franco, com registro do agradecimento à presença de todos os membros do Conselho e demais participantes.